



# Mulheres e gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)

Ana Crys Delgado da Silva<sup>i</sup>;  
Idelma Santiago da Silva (orientadora)<sup>ii</sup>

**Agência financiadora:** FAPESPA

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre relações de gênero nas instâncias de direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste do Pará, a partir de entrevistas orais de histórias de vida com duas dirigentes do movimento. Além das entrevistas de histórias de vida analisadas no presente trabalho, o período de pesquisa com a bolsa envolveu pesquisa documental e estudo bibliográfico e este, ira contribuir para o trabalho de conclusão de curso. Por fim, o referencial teórico apoia-se especialmente nos estudos de Joan Scott, Judith Butler e María Lugones.

**Palavras chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gênero, Mulheres Camponesas.

## 1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já tem um pouco mais de três décadas de existência na luta pela reforma agrária e se constitui como um movimento de massas. Ele está organizado em todas as regiões do país. Nos seus objetivos gerais destaca-se a luta pela igualdade de direitos e o combate às opressões, incluindo a participação igualitária de mulheres. Contudo, o movimento não nasce com discussões referentes a gênero, elas são construídas ao longo de suas trajetórias e experiências. Então, buscamos procurar entender e compreender como se deu esse processo.

Neste trabalho iremos refletir sobre a questão de gênero no MST: sua emergência e como tem sido abordado nos estudos sobre o movimento. Já que fazemos um recorte de gênero utilizaremos o conceito trabalhado por Joan Scott e Maria Lugones, essa última, intelectual do feminismo descolonial latino-americano.

Utilizando a temática sobre história de vida entrevistamos Maria Raimunda Cezar de Souza, que dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, atua na frente de Educação Cultura e Formação, e entrevistamos também Isabel Rodrigues Lopes filha, que atua no setor de Produção.

Objetivo deste trabalho é abordar narrativas orais de mulheres dirigentes e lideranças do Movimento do Sem Terra (MST) no sudeste do Pará, discutindo as dimensões que sua agência e experiência (re)apresentam aos movimentos sociais do campo e às lutas por cidadania, investigar os processos pelos quais emergem e participam as mulheres na luta pela terra, interrogando sobre suas trajetórias de vida, suas práticas e relações em diferentes tempos-espacos-escalas do movimento e das tensões e contradições vividas no interior do seu grupo ou da sociedade mais abrangente e realizar uma aproximação às memórias-discursos em torno da agência feminina nos movimentos sociais da luta pela terra, com atenção para as situações e posições que lhes são conferidas nas redes das quais fazem parte e nas quais atuam.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é resultado de estudo bibliográfico, documental e por base entrevistas sobre história oral com a temática história de vida, realizado como atividade da bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq/UNIFESSPA e agora FAPESPA), na execução do Plano de trabalho “Gênero e movimento social do campo: narrativas de mulheres dirigentes e lideranças do Movimento dos Sem Terra no sudeste do Pará”, vinculado ao projeto de pesquisa “HISTÓRIA DE MULHERES DO CAMPO: memórias e identidades na luta pela terra no sudeste do Pará”, coordenado pela professora Idelma Santiago da Silva.

A história oral nas palavras de Delgado (2006, p. 15) é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos versões e interpretações sobre a História”. Assim, a história oral tem possibilitado a abordagem das diferenças e da heterogeneidade das vivências e das estratégias de construção da realidade pelos sujeitos individuais e coletivos. Nesta pesquisa elaboramos um roteiro geral de temas e possíveis perguntas para guiar as entrevistas, tais como história de vida, se vivenciou a migração, situações e posições no movimento e memória da luta pela terra.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 1986 é constituída a Comissão de Mulheres Sem Terra, preocupando-se em discutir suas pautas dentro do movimento e garantir a participação da mulher em todas as instâncias organizativas. Apesar de toda a trajetória de luta das mulheres para alcançarem seu espaço no movimento Furlin assinala que:

A insistência de sua participação (da mulher) releva a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instancias de poder [...]. Essa desigualdade remete à afirmação de Scott (1990) de que gênero é também uma primeira forma de significar as relações de poder. (NEIVA 2013, p. 261, 262)

Podemos observar essas relações de poder nas falas das dirigentes, quando relata o processo de enfrentamento que uma mulher sofre ao assumir instâncias dirigentes. Também de como a performance de gênero se (re)cria pela tensão dos papéis socialmente construídos, evidenciando a força do padrão normativo na repetição que pode envolver homens e mulheres.

Agora, quando você vai pra assumir cargos e funções de instancia dirigente, aí essa paulada... Aí você percebe que o enfrentamento é maior porque há toda uma tentativa muito forte da companheirada, a companheirada mesmo... De muitos homens, às vezes inconscientemente algumas companheiras, que faziam no sentido de desqualificar a atuação da gente. (Maria Raimunda)

Ser mulher no MST tem que ter coragem, não é que eu seja corajosa, mas tem que saber ter coragem quando precisa. (Isabel Rodrigues)

A performatividade de gênero como um ato – de repetição e mudança – e relacionado ao que se entende socialmente de masculino e feminino dentro de uma estrutura binária (BUTLER, 2003), desenvolve-se tenciona(n)do pelas assimetrias de poder.

A direção nacional do MST era composta por uma pessoa de cada estado. Mas, a partir de 2006 foi adotado nos princípios organizativos a questão da equidade de gênero para a representação na direção nacional. De acordo com Maria Raimunda: “quando era um por

estado aí era esmagadoramente homens que iam pro núcleo de direção nacional, mas a partir de 2006 é um homem e uma mulher”.

Durante o processo de construção da participação das mulheres em instâncias de direção do movimento no Pará, a entrevista relata sobre um momento em que quase todas as mulheres foram retiradas da direção estadual do MST, exceto Isabel que nos informou que estava estudando, e não sabe certo porquê dela não ter sido retirada. Segundo ela, este acontecimento foi em 1999.

Foi eleito uma turma, um grupo de dirigentes, aí foi só macho mesmo! Que eles achavam que a mulheres que estavam lá na direção num geral, que a direção não estava dando conta de cumprir as tarefas e que... que eles responsabilizaram o não cumprimento dessa tarefa, diz que porquê era uma direção com mulheres, tinha muitas [...] E eles alegavam ‘ah é porque elas vive engravidando, ah porque nunca pode fazer nada, nunca pode sair, que nunca pode não sei o que e não tem competência’, era muito assim, ‘num’ sabia pensar. (Maria Raimunda)

Por um período, a direção do MST Pará se manteve, em sua composição, com maior número de homens. Tesdeschi (2012, p. 92) quando analisa os espaços sociais da mulher na domesticidade afirma que “o afastamento das mulheres da vida pública livram os homens de possíveis concorrentes”.

Dentre os argumentos ou justificativas utilizados pelo grupo responsável pela retirada das mulheres na organização estadual, relacionavam-se as passagens pela gravidez, maternidade e amamentação. Mesmo que essas ocorrências diminuíssem – ou suspendesse temporariamente – a atuação política das mulheres militantes, o seu uso como argumento revela o grau de cristalização dos papéis de homens e mulheres nas esferas pública e privada, bem como nas esferas produtivas e reprodutivas.

Bordenave (1994, p. 47) afirma que “apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. [...] é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa” (p. 47). Maria Raimunda relata que o grupo de mulheres que havia “saído” da direção do movimento se reuniu e organizou estratégias para não diminuir sua ação militante: “a gente levou em consideração a avaliação deles de prepotência [...] a gente organizou uma espécie de planejamento de vida das mulheres que eram da direção”. A maternidade – um cronograma de gestações – se tornou parte dessa agenda de planejamento do grupo, visando retomar a participação quantitativa e real na direção do movimento.

Outra alegação era do nível de intervenção das mulheres. E aí além do processo de formação que a gente foi intensificando, de curso de encontros ‘prás’ mulheres, a gente falou: a partir de hoje todas as mulheres tem que estudar se escolarizar mesmo [...] Aí aprender dirigir e aí a gente foi assim: como vamos nos empoderar dentro da organização? [...] vocês tão entendendo? Tinha um boicote silencioso da ação das mulheres. (Maria Raimunda)

Assim, uma outra ação importante da articulação do coletivo de mulheres foi organizar a formação, como uma forma de enfrentar o discurso de acusação de desqualificação da participação.

Todas as mulheres que eles tiraram porque considerava incompetente, desqualificada pra ser dirigente do movimento, todas voltaram com uma votação assim, maioria dos casos superior ou empatada a eles, uma volta com muita força à direção.

A retomada da participação das mulheres nas instâncias de direção do MST do Pará resultou na organização estadual do movimento com mais equidade de gênero. Para Maria Raimunda foi decisivo “o nível maior de escolarização” das mulheres e o entendimento de que o processo de formação é contínuo.

A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal [...] Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas. (BORDENAVE, 1994, p. 74;77)

Quando questionada sobre qual a maior contribuição das mulheres para a agenda do MST, Isabel declara que é “a luta contra o capital [...] de fazer a luta onde estiver esse capital, qualquer parte do mundo. Foi a luta das mulheres que puxou isso aí.” Retomando Lugones acerca da intersecção, observa-se nas narrativas das dirigentes a perspectiva de que as mulheres dentro do movimento não estão isoladas e que junto com a pauta de gênero vêm também a pauta de classe. Evidenciam que a interseccionalidade tem esse potencial para colocar em questão os diversos regimes de dominação, como nos alerta Lugones (2014, 935; 949)

a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitua a cuidar do mundo ou a destruí-lo. (...)

Não se resiste sozinha à colonialidade de gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer (...).

Nos parece muito pertinente propor essa questão da interseccionalidade para estudar a perspectiva que as mulheres dirigentes do MST atribuem às suas lutas.

mas a gente precisa avançar muito mais né, e a outra não só quanto mulher, mas também um coletivo de unidade enquanto homens enquanto mulheres porque na luta de classe nós não podemos ser separados, embora nós tenhamos nossas necessidades enquanto mulheres. (Isabel Rodrigues)

Hoje as mulheres nas instâncias organizativas possuem um trabalho de formação específica que trata de feminismo e marxismo, de auto-organização antes das reuniões estaduais e nacionais visando efetivar uma participação real das mulheres.

#### **4. CONCLUSÃO**

As mulheres dentro do movimento conquistaram espaços de representatividade e participação efetiva nas instâncias de direção do MST no sudeste do Pará. Elas estão entre os principais quadros dirigentes do movimento na região. Isso não significa que a desigualdade de gênero tenha sido superada no interior do movimento. Às mulheres, cabe um esforço maior especialmente de formação, porque suas vozes não recebem a mesma atenção que é dada ao outro sujeito – homem – devido à construção social do ser mulher, do tornar-se mulher através de atos performativos da construção desse gênero. Além disso, um obstáculo é a dupla jornada de trabalho, pois as mulheres não abandonam o espaço doméstico para se dedicar por inteiro ao espaço político. O primeiro é atribuído como espaço natural às mulheres e o segundo aos homens, ou seja, resulta de uma naturalização da divisão sexual do trabalho social (KERGOAT, 2009).

Vale destacar esse papel que a formação tem assumido nos processos de participação das mulheres no MST Pará. Nos parece pertinente que a formação, incluindo a elevação da escolarização, constituiu (e constitui) num dos principais dispositivos – com função estratégica e concreta para se inscrever em uma relação de poder – acionado pelas mulheres do movimento no seu processo de empoderamento político. Uma segunda refere-se a “esse” dever de corpo-mulher dirigente que em atos performativos de gênero vai movimentando as assimetrias do poder não apenas no campo da delegação do poder atual no interior do movimento e das suas interlocuções sociais e políticas com a sociedade (incluindo sua agenda pública), mas também no campo da imaginação social das novas gerações do movimento.

O MST se apresenta como um movimento aberto para o debate sobre as desigualdades de gênero, isto não quer dizer que o movimento alcance um nível de igualdade política e social, pois sendo um movimento que resiste em uma sociedade patriarcal-colonial ainda se reproduz nele discursos e ações sexistas. Ademais a necessidade da discussão sobre as desigualdades de gênero, segundo uma das dirigentes, não é consensual.

O estudo de gênero com o recorte no campesinato permite analisar na luta pela terra a participação das mulheres e o quanto dispõe os movimentos sociais a possibilidade e a capacidade de se reinventar para novas relações sociais de gênero e, conseqüentemente, para novos processos de socialização política, bem como para ampliar sua agenda político-pedagógica para o combate às opressões que se interseccionam em decorrência da colonialidade do ser e do poder. Para maior imersão deste tema o mesmo será utilizado para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

## 5. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

- BORDENAVE, Juan E. Diaz. que é participação. In: Coleção primeiros passos. Brasiliense, 1994.
- BUTLER. Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Judith batler; tradução Renato Aguiar – Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 2003
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Primeira parte:** história oral, memórias, identidades. In: História Oral: memórias, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 13-55
- FURLIN, Neiva. A Perspectiva de Gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 257-282
- TEDESCHI, Losandro Antonio. As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos feministas, v. 22, n. 3, p. 935, 2014.
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo: In:\_\_\_ HIRATA Helena et.al. (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

---

<sup>i</sup> Discente da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia Tocantins- FACSAT, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará- FAPESPA. Email [anacrys@unifesspa.edu.br](mailto:anacrys@unifesspa.edu.br) .

<sup>ii</sup> Doutora em História. Professora do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Email: [idelma@unifesspa.edu.br](mailto:idelma@unifesspa.edu.br)